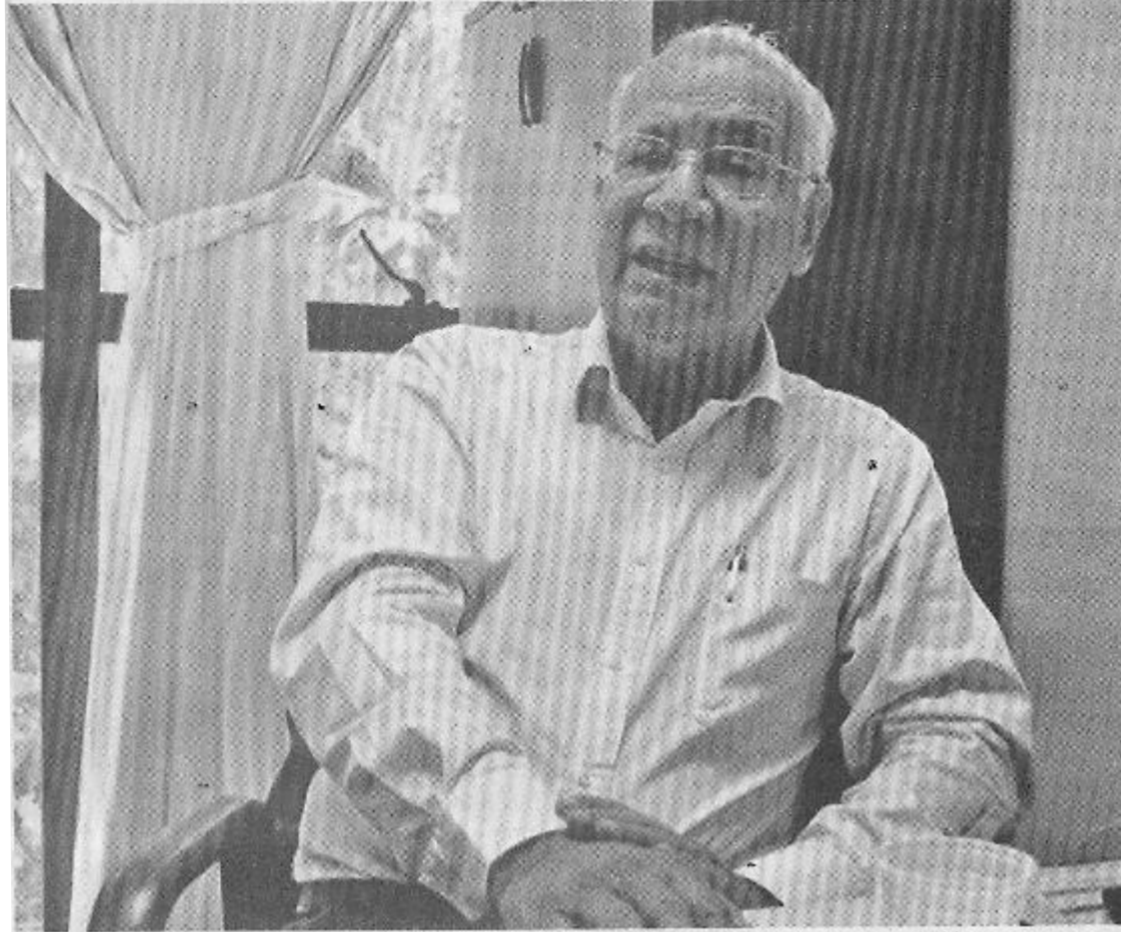


Pactos de Dilma não atendem a protestos

Especialistas acreditam que propostas ainda não satisfazem anseios populares



Eduardo Magalhães avalia resposta da presidente Dilma Rousseff aos protestos populares

ARQUIVO

ERIK MAIA
REPÓRTER

O pronunciamento da presidenta da República, Dilma Rousseff (PT), em cadeia nacional de rádio e televisão, na tarde de segunda-feira, 25, não atende aos pedidos da população nas últimas manifestações. Esse, pelo menos, é o entendimento de cientistas políticos.

Para Ranulfo Paranhos, professor da Ufal, a atuação do Governo tem mostrado despreparo. Ele alega que os poderes hoje não conseguem mais distinguir sobre o limite de atuação deles, sem que haja desgaste, além de não ouvir os anseios da população.

"Inicialmente, trocando em miúdos, o governo federal está perdido. Sem a exata dimensão do seu papel. Basta observar as últimas aparições da presidenta Dilma, em cadeia nacional, ela quis apenas conter os ânimos e reduzir as manifestações. Na primeira, faltou diálogo entre ela e sua assessoria; na segunda, faltou lastro; ou seja, não tem refletido os anseios da população", disse Paranhos.

O professor acredita que os pronunciamentos serviram para dar uma resposta momentânea aos protestos que vem acontecendo no país, onde a população demonstrou indignação pela passividade do Governo em casos de corrupção, por exemplo.

Já para o professor Eduardo Magalhães, Dilma apresentou respostas de imediato, já que "se sentiu acuada". Ele acredita que o posicionamento do Governo tem outros objetivos, onde as respostas acontecerão a médio e longo prazo.

"Ela tinha que apresentar uma resposta, fosse qual fosse. O povo não podia esperar, mesmo que mudasse como o Governo já anunciou que mudou hoje [ontem]", comentou lembrando que a proposta da Ordem dos Advogados do Brasil, de que o plebiscito atuasse em cima de leis ordinárias, ao invés de se criar uma assembleia constituinte exclusiva, como era a proposição da presidenta.

Para Ranulfo Paranhos, mesmo que os principais pontos do processo tenham sido educação, saúde e mobilidade urbana, as demais propostas queriam alavancar a discussão da reforma política e acalmar o mercado.

Eduardo Magalhães concorda com ele sobre a tentativa de conter os ânimos dos investidores e afirmou isso usando uma retórica.

"Qual o Governo que não quer estabilidade financeira?", concluiu.